



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

Registro: 2012.0000627788

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Apelação nº 0039095-83.2007.8.26.0554, da Comarca de Santo André, em que é apelante/apelado VIAÇÃO CIDADE DE MANAUS LTDA, são apelados/apelantes BRUNO OLIVEIRA SILVA (JUSTIÇA GRATUITA) e MÔNIA CAMPOS TOLEDO DA SILVA (JUSTIÇA GRATUITA).

ACORDAM, em 33ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso da ré e deram parcial provimento ao recurso dos autores, nos termos que constarão do Acórdão. V.U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmo. Desembargadores CARLOS NUNES (Presidente), MARIO A. SILVEIRA E EROS PICELI.

São Paulo, 26 de novembro de 2012.

**CARLOS NUNES**  
**RELATOR**



PODER JUDICIÁRIO

SÃO PAULO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

Assinatura Eletrônica

33ª CÂMARA

*APELAÇÃO COM REVISÃO Nº: 0039095-83.2007.8.26.0554*

*APELANTES: BRUNO OLIVEIRA SILVA e MÔNIA CAMPOS  
TOLEDO DA SILVA (autores) e VIAÇÃO CIDADE DE MANAUS  
LTDA (ré)*

*APELADOS: OS MESMOS*

*ORIGEM: 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SANTO ANDRÉ*

*VOTO Nº: 15.458*

*ACIDENTE DE VEÍCULO – RESPONSABILIDADE CIVIL - Ação proposta objetivando o ressarcimento de danos decorrentes de acidente de veículo - Colisão envolvendo coletivos, e a motocicleta dos autores – Recurso dos autores que visa a majoração do valor dos danos morais, com incidência de correção monetária e juros de mora desde o evento danoso, e com elevação dos honorários sucumbenciais – Recurso da ré objetivando a redução do valor dos danos morais, bem como a compensação da sucumbência, em razão do perdimento havido por parte dos autores, ou a redução dos honorários – Recurso dos autores que comporta acolhimento parcial, unicamente para a incidência da correção monetária a partir do arbitramento, e a incidência dos juros a partir do evento danoso quanto aos danos morais, mantido o valor dos honorários fixados – Recurso da ré que não comporta provimento, pois os valores fixados se apresentam razoáveis, frente aos danos físicos*



PODER JUDICIÁRIO

SÃO PAULO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

*experimentados pelos autores - Recurso dos autores  
parcialmente provido, improvido o da ré.*

Vistos.

Trata-se de recurso de apelação e adesivo, interpostos pelas partes BRUNO OLIVEIRA SILVA e MÔNIA CAMPOS TOLEDO DA SILVA (autores) e VIAÇÃO CIDADE DE MANAUS LTDA (ré), junto aos autos da ação ordinária de indenização por ato ilícito, decorrente de acidente de veículo, que os primeiros promovem contra a segunda, e julgada parcialmente procedente, conforme r. sentença de fls. 271/281, cujo relatório fica adotado.

Ambas as partes recorrem.

Os autores, em seu reclamo, pugnam pela elevação do valor dos danos morais, pois entendem que o valor fixado não atende à devida reparação, ante os traumas sofridos, posto que o acidente ocorrido foi de grandes proporções, com três mortes. Buscam, ainda, a incidência da correção monetária e dos juros a partir do evento danoso, bem como a elevação da honorária sucumbencial, diante dos trabalhos desenvolvidos (fls. 292/309).

Já a ré, em seu recurso de apelação, busca a redução do valor dos danos morais, entendendo que os fixados são



**PODER JUDICIÁRIO**

SÃO PAULO

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO**

muito elevados, sendo que a autora Mônia não apresenta sequelas, e o autor Bruno apresenta uma incapacidade da ordem de 10%, nos termos da tabela da Susep. Busca, também, diante do perdimento de parte do pedido, da compensação da sucumbência, ou da redução do valor dos honorários, de 10 para 5%.

Os recursos foram bem processados, com preparo o da ré e sem preparo o dos autores, ante a assistência judiciária, e com respostas a fls. 314/320 (autores) e fls. 322/326 (ré).

#### É O RELATÓRIO.

Trata-se de recursos de apelação interposto junto aos autos de ação de indenização por ato ilícito, decorrente de acidente de veículo, ação essa julgada parcialmente procedente para o fim de condenar a ré ao pagamento das seguintes quantias: A) R\$237,57, a título de danos materiais, para o autor Bruno, com correção desde ao ajuizamento da ação e com juros de mora desde a citação; B) R\$ 27.250,00, a título de danos morais, para o autor Bruno, com correção e juros desde a prolação da sentença; C) R\$ 10.900,00, a título de danos morais, para a autora Mônia, com juros e correção monetária também desde a sentença, impondo-se a sucumbência em desfavor da ré, com honorários em 10% sobre o valor da condenação.

Só para se situar, os recursos não atacam o



PODER JUDICIÁRIO

SÃO PAULO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

reconhecimento de culpa, estando restritos aos valores dos danos morais, dos juros de mora e dos honorários.

Pois bem.

Os valores arbitrados pelo Juízo, a título de dano moral, estão corretos e são razoáveis frente aos danos experimentados pelos autores.

Segundo Yussef Cahali, o dano moral *"representa um bem imaterial que integra o patrimônio econômico e moral das pessoas, sejam elas comerciantes ou não, profissionais ou não, de modo que a sua proteção não pode ficar restrita àqueles que dele fazem uso em suas atividades especulativas; o abalo da credibilidade molesta igualmente o particular, no que vê empenhada a sua honorabilidade, a sua imagem, reduzindo o seu conceito perante os concidadãos; o crédito (em sentido amplo) representa um cartão que estampa a nossa personalidade, e em razão de cujo conteúdo seremos bem ou mal recebidos pelas pessoas que conosco se relacionam na diuturnidade da vida privada."*

Oportuno, ainda, colacionar a definição de dano moral que nos é apresentada por Savatier como sendo *"qualquer sofrimento humano que não é causado por uma perda pecuniária e abrange todo atentado à reputação da vítima, à sua autoridade legítima, ao seu pudor, à sua segurança e tranquilidade, ao seu amor próprio estético, à integridade de sua inteligência, a suas feições, etc."* (Traité de la responsabilité civile, vol. II, n. 525) e, segundo Dalmartello, em sua obra Danni morali



PODER JUDICIÁRIO

SÃO PAULO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

contrattuali, *"tem como elementos caracterizadores a privação ou diminuição daqueles bens que têm um valor precípuo na vida do homem e que são a paz, a tranqüilidade de espírito, a liberdade individual, a integridade física, a honra e os demais sagrados afetos, classificando-os em dano que afeta a parte social do patrimônio moral (honra, reputação, etc.); dano que molesta a parte afetiva do patrimônio moral (dor, tristeza, saudade, etc.); dano moral que provoca direta ou indiretamente dano patrimonial (cicatriz deformante, etc.) e dano moral puro (dor, tristeza, etc.)"* (in Revista di diritto Civile, 1933, p. 55, apud Responsabilidade Civil, Rui Stocco, RT, 4ª edição, p. 674).

Trata-se, então, do dano moral puro, caracterizado nos efeitos dolorosos das lesões experimentadas pelos autores, em decorrência de gravíssimo acidente de trânsito, envolvendo, além da motocicleta deles, dois coletivos, sendo o causador do acidente o coletivo da ré, com 03 mortes ocorridas, inclusive do motorista da ré. As lesões experimentadas pelos autores estão descritas no laudo do Imesc (fls. 157/162), com maior gravidade a do autor Bruno, com fratura de acetábulo esquerdo, paralisia do nervo ciático, e submissão a cirurgia, não podendo deambular de forma prolongada tampouco ter sobrecarga. Já a autora Mônia teve trauma no joelho esquerdo, sem maiores sequelas.

Ora, diante do que foi exposto, e diante do acidente ocorrido, e de suas consequências, os valores fixados (R\$ 27.250,00, para Bruno e R\$ 10.900,00 para Mônia) não são exorbitantes,



**PODER JUDICIÁRIO**

SÃO PAULO

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO**

estando dentro da razoabilidade, já que representam, como equivalência, a 50e 20 salários mínimos.

E difícil é a missão do Juiz para aquilatar, em valores, tais danos.

No entanto, e levando-se em consideração a equação reparação-capacidade econômica das partes-possibilidade, tenho que o valor fixado pelo Juízo se encontra correto e adequado, não havendo como se alterar, para mais ou para menos, ditas quantias.

Mantenho, pois, os referidos valores.

Correta a incidência da correção monetária, para com essa condenação, pois ela é devida mesma a partir do arbitramento. Aliás, esse comando decorre da súmula 362 do STJ.

No entanto, quanto aos juros, a questão também já é sumulada, e foi mencionada pelos autores. De se aplicar, no caso, a súmula 54 do STJ, que determina que a incidência dos juros se dará a partir do evento danoso, e não como constou da sentença. É súmula e deve ser aplicada.

Para esse fim, o recurso dos autores vinga.

Por fim, resta a questão dos honorários sucumbenciais.

Estes foram fixados em 10% sobre o valor da condenação (total).



PODER JUDICIÁRIO

SÃO PAULO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

Não é o caso de qualquer alteração, pois referido valor incidirá sobre todas as condenações impostas (dano material, corrigido e acrescido, e dos dois danos morais, corrigidos e acrescidos).

E o percentual fixado é o mínimo legal, pois a ação tem natureza condenatória, não sendo o caso de qualquer compensação, pois na verdade os pedidos iniciais foram atendidos, com a anotação de que o valor dos danos morais mencionados pelos autores era a título de estimativa.

E a redução não é possível, justamente porque aplicado o mínimo legal.

Fica mantido, pois.

Por tais razões, o recurso dos autores é parcialmente provido, improvido o da ré.

Ante o exposto, e pelo meu voto, NEGO PROVIMENTO ao recurso da ré e DOU PARCIAL PROVIMENTO ao recurso dos autores, nos termos da presente decisão, ou seja, para a incidência dos juros de mora desde a data do evento, no que toca aos danos morais.

*CARLOS NUNES*

Apelação nº 0039095-83.2007.8.26.0554





**PODER JUDICIÁRIO**

SÃO PAULO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

*RELATOR*